

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.799.812 - MT (2019/0052654-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **ALCIMAR GOLDONI**
EMBARGANTE : **OLIDES CARBONERA GOLDONI**
EMBARGANTE : **DALCIO TAVARES SALVADOR - ESPÓLIO**
EMBARGANTE : **ANGELA TEREZINHA SALVADOR - POR SI E REPRESENTANDO**
EMBARGANTE : **EDIVANA CLAUDIA SALVADOR LANGE**
EMBARGANTE : **SANDRA MARA SALVADOR SEGNER**
EMBARGANTE : **MARCELO PEDRO SALVADOR**
ADVOGADOS : **OSVALDO PEREIRA BRAGA - MT006013**
: **LUIZ FRANCISCO BARCELLOS BOND - PR038597**
: **DIOGENES FONSECA - PR035360**
: **ALEXANDRE KALLEB CHIAFITELA STADLER - PR048531**
EMBARGADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADO : **MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA - DF027904**
INTERES. : **CLEO LUIZ BERTEI**
ADVOGADO : **DENIZ ESPEDITO SERAFINI - RS005521**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO QUANTO AOS HONORÁRIOS RECURSAIS DE SUCUMBÊNCIA. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Dalcio Tavares Salvador - Espólio e outros à decisão monocrática de fls. 3.338-3.340 (e-STJ), na qual esta relatoria conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, deu-lhe provimento.

Em suas razões recursais (e-STJ, fls. 3.344-3.348), sustentam os embargantes a existência de omissão na decisão unipessoal.

Sem impugnação (e-STJ, fl. 3368).

Brevemente relatado, decido.

Os embargos de declaração constituem modo de impugnação à decisão judicial de fundamentação vinculada, sendo apenas cabíveis nas hipóteses previstas no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, quais sejam, a omissão, a obscuridade e contradição, bem como para sanar erro material.

Superior Tribunal de Justiça

O recurso em comento visa unicamente aperfeiçoar as decisões judiciais, de modo a prestar a tutela jurisdicional de forma clara e completa, não tendo por finalidade revisar ou anular decisões. Apenas, excepcionalmente, ante o esclarecimento de obscuridade, desfazimento de contradição ou supressão de omissão, prestam-se os aclaratórios a modificar o julgado.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO. REQUISITOS PARA PERCEPÇÃO. ART. 56, INCISO III, §§ 4 E 5º, DA LEI 11.907/09. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. IMPERTINÊNCIA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS COMO VIOLADOS. INCAPACIDADE DE INFIRMAR O ARESTO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO NÃO COMBATIDO. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 126/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRETENSÃO DE REEXAME E ADOÇÃO DE TESE DISTINTA.

1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual se deveria pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir erro material.

2. Não são cabíveis os embargos de declaração cujo objetivo é ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com tese distinta.

3. O acórdão embargado foi categórico ao afirmar que o Tribunal a quo, ao entender pela necessidade de regulamentação da Lei 11.907/2009 para a concessão da Gratificação de Qualificação aos detentores de curso de graduação, não analisou a tese de que a regulamentação da matéria está prevista na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4. Também não discutiu a instância de origem o preenchimento pelo autor dos requisitos previstos no art. 56, inciso III, §§ 4 e 5º, da Lei 11.907/09 para a concessão da Gratificação de Qualificação, porquanto considerou aquele Tribunal que o pagamento da vantagem estava condicionado à regulamentação pelo Executivo, conforme expresso no § 6º do mesmo dispositivo legal, o que ocorreu apenas em fevereiro de 2013.

5. Os artigos de lei apontados como violados são considerados impertinentes quando não possuem comandos legais suficientes para afastar a tese adotada no acórdão regional.

6. Não foi rebatido (Súmula 283/STF), tampouco impugnado por meio de recurso extraordinário (Súmula 126/STJ), o fundamento da Corte de origem, no sentido de que o poder regulamentar "trata-se de verdadeira prerrogativa da Administração Pública a definição desses critérios, e o Poder Judiciário não pode vir substituir a vontade da Administração. Assim, a sentença vergastada, ao fazê-lo, de fato viola

Superior Tribunal de Justiça

a separação de Poderes." (fl. 292, e-STJ).

Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos.

(EDcl no AgInt no REsp 1589590/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 23/08/2016).

Na hipótese dos autos, os insurgentes alegam a existência de omissão no *decisum* por não ter havido manifestação sobre os honorários recursais de sucumbência.

Ocorre que a jurisprudência desta Corte é no sentido de que somente são cabíveis tais honorários no caso de não conhecimento ou desprovimento do recurso.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. ART. 1003, § 6º, DO CPC/2015. COMPROVAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS RECURSAIS. IMPOSIÇÃO LEGAL. PRESCINDIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ DA PARTE RECORRENTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Em relação ao agravo em recurso especial, aplicam-se as disposições e as orientações jurisprudenciais relativas ao CPC/2015, uma vez que a decisão de inadmissibilidade do recurso especial foi publicada em 02/02/2018 (e-STJ fl. 538), ou seja, na vigência do CPC/2015, o que atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".
2. "Os recursos interpostos na instância de origem, mesmo que endereçados a esta Corte Superior, observam o calendário de funcionamento do tribunal local, não podendo se utilizar, para todos os casos, dos feriados e das suspensões previstas em Portaria e no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, que muitas vezes não coincidem com os da Justiça estadual" (AgRg no AREsp nº 700.715/MG, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 23/5/2016).
3. No presente caso, verifica-se que a decisão de inadmissibilidade do recurso especial foi publicada em 02/02/2018 (e-STJ fl. 538), sexta-feira, iniciando o prazo recursal em 05/02/18 (segunda-feira), com término em 23/02/2018 (sexta-feira). O agravo em recurso especial, contudo, foi interposto apenas em 28/02/2018 (e-STJ fl.

Superior Tribunal de Justiça

551), restando configurada sua intempestividade.

4. Os agravantes não comprovaram, no ato da interposição do agravo em recurso especial, por meio de documento idôneo, a alegada suspensão do expediente forense no Tribunal de origem no dia 09/02/2018 (sexta-feira anterior ao feriado de carnaval), bem como nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2018 (segunda-feira e terça-feira de carnaval), bem como os dias 14/02/2018 (quarta-feira de cinzas) e 15/02/2018 (quinta-feira), sendo inviável a comprovação posterior.

5. Na vigência do novo Código de Processo Civil, não mais se admite a comprovação de feriado local após a interposição do recurso.

Precedente: AgInt no AREsp 957.821/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe 19/12/2017.

6. A Segunda Seção deste Tribunal Superior, ao julgar o EREsp nº 1.539.725/DF, estabeleceu como requisito para a fixação de honorários recursais, dentre outros, o não conhecimento integral ou o improvimento do recurso pelo Relator, monocraticamente, ou pelo órgão colegiado competente. Logo, a condenação em honorários recursais, prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, é aplicável quando inadmitido ou rejeitado o recurso interposto, ou seja, quando mantido integralmente o acórdão proferido pelo Tribunal de origem, sendo dispensável a existência de dolo ou má-fé da parte recorrente.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1412477/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 12/08/2019).

No caso destes autos, em que o recurso especial foi provido, não há que se falar em honorários recursais de sucumbência. Logo, não existe a alegada omissão do julgado.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator